



**OS JARDINS HISTÓRICOS EM PORTUGAL
E O APELO À AÇÃO DE BERLIM**
Património Cultural para o Futuro da Europa

Ano Europeu do Património Cultural
2018

OS JARDINS HISTÓRICOS EM PORTUGAL E O APELO À AÇÃO DE BERLIM Património Cultural para o Futuro da Europa (2018)

Completando-se, neste ano, o **30º aniversário do primeiro Programa de Recuperação de Jardins Históricos em Portugal**, uma iniciativa conjunta do então Instituto Português do Património Cultural e da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, e os 25 anos do Projeto Piloto para a Conservação do Património Arquitetónico Europeu que elegeu os jardins de valor histórico como prioridade a nível europeu;

No espírito da Carta de Florença sobre Jardins Históricos, uma adenda à Carta de Veneza (Comité de Jardins e Sítios Históricos ICOMOS-IFLA, 1981), texto normativo sobre a intervenção no tecido físico dos jardins de valor histórico e sobre ações de natureza imaterial necessárias à sua proteção, conservação e valorização **e do sentido colocado na revisão, pelo Comité do Património Mundial (UNESCO) em 1992, das ‘Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Património Mundial’ através da integração do conceito de ‘Paisagens Culturais’** onde se inclui a categoria de Jardins enquanto paisagens claramente definidas, intencionalmente concebidas e criadas pelo Homem;

Em resposta à iniciativa da Comissão Europeia de eleger o ano de 2018 ‘Ano Europeu do Património Cultural’, e ao ‘Apelo à Ação de Berlim’ sobre o Património Cultural para o Futuro da Europa, apresentado na primeira Cimeira do Património Cultural Europeu realizada em junho, reunindo cidadãos e organizações de toda a Europa, e que recorda que todos, enquanto cidadãos, ‘temos uma oportunidade única para influenciar o debate sobre o futuro da Europa’ e que ‘confrontados com tantos desafios e até ameaças aos principais valores europeus, (...) temos de colocar o nosso património cultural comum onde ele pertence: no centro das políticas e prioridades da Europa’ através de um conjunto de ações - (1) Desenvolver plano de ação europeu para o património cultural; (2) Reconhecer o património como uma prioridade para as políticas europeias e seu financiamento; (3) Lançar pontes a nível local, nacional e europeu; (4) Preservar e transmitir o insubstituível; (5) Investir na qualidade da regeneração do património; (6) Promover um melhor conhecimento e uma compreensão mais profunda; (7) Aproveitar o impulso;

Realizou-se um Encontro na cidade do Porto - 30 ANOS DE RECUPERAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS EM PORTUGAL - promovido pelo Observatório de Paisagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto em colaboração com a Associação Portuguesa dos Jardins Históricos e com o apoio da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC) e da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas (APAP), reunindo promotores e protagonistas desse programa, especialistas em património e na conservação de jardins históricos em Portugal, e representantes da DGPC e APAP, tendo sido feito um balanço das ações levadas a cabo desde o lançamento do Programa até aos dias de hoje.

Constatou-se:

1. Um desenvolvimento significativo dos princípios de ação preconizados na Carta de Florença, nomeadamente:

- ao nível da prática de recuperação através da produção de metodologias do trabalho de recuperação; do desenvolvimento da prática da investigação histórica; da execução e implementação de projetos de recuperação; da troca de experiências e aprendizagens entre diferentes áreas de restauro - conservação integrada; da coordenação e execução de ações de gestão e manutenção de jardins;

- no incremento do conhecimento técnico e científico com repercussões na inclusão de disciplinas de recuperação de jardins e paisagens históricas nos *curricula* académicos, na produção de teses de mestrado e doutoramento, na organização de encontros e reuniões científicas, na realização de levantamentos e estudos de jardins para inclusão em inventários suportando possíveis classificações, na produção de monografias, artigos científicos, exposições e catálogos, na constituição de acervos documentais, na criação de associações envolvidas na conservação do património paisagístico, na realização de programas de visitas a jardins, organização de cursos dirigidos a públicos variados, na abertura de jardins ao público e na realização de programas de educação e animação;

- na internacionalização, partilha e circulação internacional de informação através da realização de formação pós-graduada em universidades estrangeiras, da organização e participação em conferências internacionais, da publicação em revistas internacionais, da participação em organizações internacionais; do reconhecimento através de prémios internacionais;

- na institucionalização da prática de conservação através da ação dos técnicos arquitetos paisagistas na Direcção-Geral do Património Cultural e das Direcções Regionais de Cultura e em jardins/propriedades dependentes com implicações ao nível do inventário, classificação, gestão, conservação e restauro dos bens sob a sua guarda e realização de pareceres sobre intervenções nos bens classificados, apesar de o número de técnicos ser manifestamente insuficiente face às necessidades de proteção e conservação dos jardins.

2. A existência de problemas significativos ao nível da mão de obra especializada na conservação de jardins – particularmente jardineiros e outros artífices - e que os esforços iniciais na sua formação não tiveram continuidade, verificando-se, até, uma perda de valor neste domínio ao longo destes 30 anos. Do mesmo modo, a recomendação relativa à propagação de material vegetal, em geral, e de espécies, variedades e cultivares necessárias à autenticidade das ações de recuperação, em particular, não obteve resultados suficientes.

3. A ausência de um financiamento estruturado das ações de recuperação e manutenção dos jardins históricos.

4. A escassez de jardins incluídos na lista do património cultural classificado a nível nacional (verificando-se uma maior representação através da sua inclusão nas figuras de planeamento de âmbito municipal) resultando numa maior vulnerabilidade deste património e numa insuficiente valorização pelas organizações e comunidades.

5. A existência de um número significativo de jardins de valor histórico em risco e, conseqüentemente, de uma parte única e irrepetível do nosso património cultural que enfrenta ameaças que podem colocar em causa não só a sua autenticidade como a sua perpetuação.

Subscreve-se o Apelo à Ação de Berlim e, nesse espírito, apela-se às organizações competentes e a todos os cidadãos para que:

1. Considerem os jardins históricos como parte central do património cultural nacional e europeu envolvendo, na sua proteção e valorização, a sociedade como um todo e as comunidades em particular;

2. Considerem a inclusão da categoria de ‘paisagens culturais’ da UNESCO na legislação nacional ao encontro do debate gerado pelo Comité do Património Mundial e reconhecendo o valor próprio das paisagens patrimoniais e a sua vulnerabilidade e fragilidade enquanto património vivo;

3. Adotem um maior e mais eficaz financiamento para a salvaguarda, recuperação e promoção dos nossos jardins históricos, pertencentes quer ao domínio público quer ao privado, de modo a que sejam preservados e apreciados pelas gerações atuais e futuras e fortaleçam a memória coletiva, **na sua dimensão nacional e europeia através de ações assentes na Convenção do Património Mundial e na Carta de Florença e, ainda, inspiradas pelos princípios da alta qualidade *Baukultur*, tal como formulada na Declaração de Davos**, adotada no início deste Ano Europeu do Património Cultural. Pela natureza viva dos jardins, **a produção de planos de gestão e manutenção**, associados a esse financiamento, deve servir de garante à autenticidade das intervenções e à perpetuação deste património evolutivo diminuindo a vulnerabilidade às ameaças que podem afetar a sua integridade e existência;

4. Considerem os jardins históricos como bens de valor estratégico para a sociedade, a economia, a cultura e o meio ambiente, nomeadamente aproveitando a dinâmica atualmente verificada no domínio do turismo e as preocupações ambientais e de preservação dos valores naturais e culturais da paisagem, estabelecendo prioridades e diálogo entre as políticas de âmbito nacional e local;

5. Observem, como tarefa coletiva, preservar os jardins históricos de modo a transmiti-los para deleite das gerações futuras, impulsionando os recursos humanos e financeiros necessários à educação e formação, envolvendo académicos, gestores, associações, profissionais e cidadãos. A apreciação e monitorização dos trabalhos realizados particularmente ao longo destes 30 anos, a avaliação e fundamentação para os sucessos e eventuais insucessos, a criação de base de dados de trabalhos e de fontes de informação já produzidos, a educação e profissionalização ao nível superior e médio, nomeadamente preparando artífices nas diversas artes de construir, particularmente jardineiros, o reforço na valor colocado na produção e conhecimento botânico, contam-se entre as medidas a promover;

6. Atentem na importância de estimular um envolvimento público mais forte para a salvaguarda e transmissão da nossa herança cultural manifestada através dos jardins históricos, nomeadamente dando especial atenção à educação e à interpretação da paisagem de valor patrimonial em todas as idades e ao envolvimento dos media para a divulgação e tomada de consciência pública do valor deste património

7. Estimulem e apoiem as iniciativas que facilitem a continuidade da investigação científica e a partilha e circulação de informação, a produção de publicações, nomeadamente das destinadas ao público em geral, a inventariação e classificação, a promoção do acesso público aos jardins, a organização de conferências, cursos, encontros, o apoio a associações envolvidas na conservação e valorização de paisagens culturais e de iniciativas que premeiem projetos de recuperação segundo as melhores práticas de intervenção no tecido de valor histórico.

Em resposta a este Apelo e impulsionado pela mobilização gerada pelo Ano Europeu do Património Cultural no sentido de consolidar e melhorar as sinergias, o Observatório de Paisagem da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, em colaboração com a Associação Portuguesa dos Jardins Históricos e a Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, pretende constituir-se como uma plataforma permanente de recolha de conhecimento, capacitação e coordenação de 'Paisagens Culturais' onde se inclui a categoria de 'Jardins' enquanto 'Paisagens claramente definidas, intencionalmente concebidas e criadas pelo Homem'.

Porto, 23 de novembro de 2018

O documento 'Os Jardins Históricos em Portugal e o Apelo à Ação de Berlim' pode ser assinado online através do site: <https://www.observatoriodepaisagemfcup.com/>